Universidade Aberta do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Administrativas
Pós-graduação em Gestão Pública Municipal

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o artigo de pós-graduação.

ANÁLISE DO INVESTIMENTO EM INFRAESTURURA NO MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ NO PERÍODO ENTRE 2005 E 2012.

elaborada por:

VANDRESSA LASCH

Como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Gestão Pública Municipal

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr.Reisoli Bender Filho
(Presidente/Orientador)

Dr. Paulo Sergio Ceretta (UFSM)

Dr. Daniel Arruda Coronel (UFSM)

Santa Maria, 11 de Dezembro de 2012

Universidade Aberta do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Administrativas
Pós-graduação em Gestão Pública Municipal

ANÁLISE DO INVESTIMENTO EM INFRAESTURURA NO MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ NO PERÍODO ENTRE 2005 E 2012.

Vandressa Lasch
Bacharelada em Administração pela UNICRUZ.

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo apresentar os projetos em infraestrutura que foram propostos e implantados no município de Salto do Jacuí entre os anos de 2005 a 2012. Para isso, utilizou-se de dados sobre arrecadação, despesas, além dos valores orçados para a área de infraestrutura. Para a pesquisa, pode-se obter informações sobre os valores gastos na área de infraestrutura do município para o período em analise. Sendo que foram utilizados um referencial teórico sobre administração publica e nas formas direta e indireta, orçamento público e infraestrutura municipal. Como resultados, percebeu-se que a prefeitura gasta uma parte de sua arrecadação na área de infraestrutura, com o intuito de melhorar o aspecto do município.

Palavras- chave: infraestrutura, administração pública; Salto do Jacuí.

Abstract: This study aimed to present the infrastructure projects that have been proposed and deployed in the city of Salto Jacuí between the years 2005 to 2012. For this, we used data on revenues, expenditures, beyond the budgeted amount for the infrastructure area. For the research, one can obtain information about the amounts spent in the infrastructure area of the county for the period in review. Since we used a theoretical framework on public administration and in direct and indirect ways, public budget and municipal infrastructure. As a result, it was realized that the city spends a portion of his collection in the area of infrastructure, in order to improve the appearance of the city.

Keywords: infrastructure, public administration; Salto do Jacuí.

1 INTRODUÇÃO

Com tantas transformações ocorridas nas cidades em plena era da globalização, a atividade de administração torna-se uma prática essencial para a gestão pública. Em um

ambiente onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade. A partir disso, torna-se necessário que os gestores responsáveis pela condução das organizações públicas tenham desenvolvido sua criatividade, espírito crítico e capacidade de aprendizagem contínua (PRAHALAD, 2004).

Conforme Chiavenato (1994), o ato de administrar utiliza os processos de planejar, organizar, controlar e liderar, transformando-os em ação empresarial para atingir os objetivos da organização. Para promover o bem estar social é importante que os gestores busquem melhorias para os municípios, sobretudo em termos de infraestrutura de serviços a disposição da sociedade.

Sendo que a administração pública tem a sua disposição muitas secretarias que estão dispostas a trabalhar pelo bem da sociedade. Uma delas é a secretaria do planejamento que abrange a área da infraestrutura. A qual é responsável pelas obras referentes ao município, estando sempre em pleno funcionamento, para atender as necessidades da população.

Nesse sentido, o estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: como foram utilizados os valores investidos em infraestrutura no município de Salto do Jacuí entre os anos de 2005 e 2012? Para responder a esse problema, definiu-se como objetivo principal examinar os investimento na área de infraestrutura do município de Salto do Jacuí no mesmo período. E como objetivos específicos: a) apresentar os valores arrecadados no município e gastos na área de infraestrutura.; b) verificar os percentuais da receita corrente no período gastos em infraestrtura e; c) avaliar o investimento da administração pública municipal em relação ao setor de infraestrutura.

A administração pública é responsável por grande parte das conquistas, e por este motivo esta sempre tentando encontrar caminhos de se chegar a bons e satisfatórios resultados. Pois, a população muitas vezes não tem a real visão de como ocorre os passos do processo de construção em infraestrutura. Nessa linha, este trabalho justifica-se pelo fato de possibilitar uma análise particular sobre os gastos em infraestrutura em relação à arrecadação do município de Salto do Jacuí, visando verificar se os valores orçados para as atividades desta área foram realmente aplicados.

Após toda a pesquisa apresentam-se os resultados, nestes consta que o município de Salto do Jacuí, gastou em média, em relação a sua arrecadação cerca de 83% da Receita corrente Liquida, no período analisado que foi de 2005 a 2012. Percebeu-se que os percentuais em relação aos valores gastos na área de infraestrutura do município vêm

sofrendo declínio. E que em muitos anos o município manteve-se em divida com as contas públicas por ultrapassar alguns limites estabelecidos pelo Tribunal de contas do Estado.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em mais 6 seções. Na segunda parte consta o referencial teórico, que esta dividido em sub-seções 2.1 Administração Pública, descrevendo os conceitos por diferentes autores, 2.1.1 Administração direta e indireta, 2.2 Orçamento Público, explicando o que representa e o que significa, 2.3 Infraestrutura Municipal. Na seção 3, apresentou-se a caracterização do município, contando um pouco da historia do município, na seção 4, metodologia com os passos do trabalho, seção 5, apresentação dos dados e resultados. Na seção 6, consta a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração pública

O conceito de administração pública é muito amplo, porém pode ser compreendido a partir das atribuições e responsabilidades que esta busca incessantemente, da realização das necessidades da coletividade, atendendo muitas vezes aos anseios do Estado, inclusive para colocação em prática de planos governamentais (MARINELA, 2010).

Conforme Di Pietro (1998), a administração pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas, correspondente a função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do poder Executivo.

Para Meirelles (2003), a administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. Sendo que também, a administração pública tem as seguintes características em sentido objetivo, “é uma atividade concreta, no sentido de que põe em execução a vontade do Estado contida na Lei. A sua finalidade é a satisfação direta e imediata dos fins do Estado; seu regime jurídico é de direito público” (DI PIETRO, 2008).

Sendo que administração pública é uma matéria que constitui-se com o objetivo de preparar os gestores para as modernas formas de governar, utilizando-se da política como aliada para as suas obras e realizações. (FARAH,2011)

Conforme Slomski (2008, p.359) “a administração pública é exercida pelos órgãos da administração direta e pelos órgãos da administração indireta.” Pode-se também, conceituar a administração pública como um conjunto de órgãos e entidades, por meio da qual o Estado presta serviços públicos e exerce seus poderes visando o bem estar social. (LEITE, 1999).

2.1.1 Administração Pública direta e indireta

A administração direta corresponde à organização administrativa do Estado (SLOMSKI, 2008). Em sentido subjetivo, todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estado, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas (DI PIETRO, 1998). Para Silva (2009), “a administração direta compreende a organização do Estado como pessoa administrativa, encontrando-se o núcleo central e os três poderes”. Para Mello (2002) “administração pública direta é a que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios”.

No que tange a administração indireta, é a atividade caracterizada como serviço público, deslocado do Estado para outras entidades por ele criadas (SLOMSKI, 2008). Silva (2009) complementa, expondo que a administração indireta corresponde à organização administrativa das pessoas jurídicas vinculadas que são criadas pelo Estado para com ele comporem a administração pública, auxiliando-o no exercício da atividade administrativa. Conforme Mello (2002), ”a administração indireta é a que compreende a algumas categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica própria”. Sendo que integram a administração indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações. (SLOMSKI, 2008)

Silva (2009) complementa, as autarquias são serviços autônomos, criados por lei, com patrimônio e receitas próprias, para executar atividades típicas da administração pública. As fundações são entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, criadas para desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidade de direito público. Já as empresas públicas são instituídas mediante autorização em lei específica, tendo como objetivo a prestação de um serviço público. Enquanto que, as sociedades de economia mista são autorizadas por lei específica, mas com a maioria das ações com direito a voto pertencente ao poder público.

2.2 Orçamento Público

O orçamento público no Brasil, rege-se pelo disposto na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988; que surgiu para atuar como instrumento de controle das atividades financeiras do Governo. Sendo que, através deste meio a população pode exercer fiscalização sobre a arrecadação e aplicação realizadas pelo Poder Executivo (ANGÉLICO, 2006).

Segundo Angélico (2006), o orçamento público é um planejamento de aplicações dos recursos esperados, em programas de custeio, investimentos, inversões e transferência durante um período financeiro.

Conforme Slomski (2008, p.304)

> "O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir; terá como base o plano plurianual e será elaborado respeitando-se a lei de diretrizes orçamentária aprovado pelo Poder Legislativo. E seu conteúdo básico será a estimativa da receita e a autorização (fixação) da despesa, e será aberto em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil."

Para Silva (2009), o orçamento público pode ser caracterizado com um ato preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve realizar em um exercício, sendo um instrumento da moderna administração pública. O orçamento também é considerado com uma lei, que é denominada pelo sistema jurídico, como lei orçamentária. Esta, porém, deve respeito à lei de diretrizes orçamentárias, que visa orientar as metas e prioridades da administração pública (ICHIHARA, 2009, p.29). Sendo o orçamento público um instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos (PISCITELLI; TIMBÓ; ROSA, 2002).

Para Chimenti (2003), "o orçamento é a peça legal que autoriza despesas e estima receitas". Isso se refere ao fato de que a Constituição de 1988 institui o orçamento como um sistema de planejamento estrutural. Conforme Giuberti (2005), a literatura atribui um papel próprio para procedimento orçamentário que são regras e instituições através das quais o orçamento é elaborado, uma vez que estabelece presença de limites, metas numéricas e procedimentos de elaboração centralizados para que ocorra um equilíbrio necessário no orçamento público.

Por sua vez, em relação aos orçamentos no Brasil, a maior parte deste é de execução obrigatória, como despesas com pessoal e encargos sociais, com benefícios previdenciários, pagamentos de dividas entre outros. (DUCHATEAU; AGUIRRE, 2007)

2.3 Infraestrutura municipal

O espaço urbano não se constitui simplesmente pela tradicional combinação de áreas edificadas e áreas livres, interligadas através dos sistemas viários. Para isso, são desenvolvidos outros meios para melhorar o seu desempenho, sendo que todo município tem um setor de infraestrutura para organizar de forma simplificada o seu espaço. (ZMITROWICZ; ANGELIS NETO, 1997)

Conforme Rios (1998), infraestrutura é o conjunto de obras que constituem os suportes do funcionamento das cidades e que possibilitam o uso urbano do solo, isto é, o conjunto de redes básicas de condução e distribuição, rede viária, água potável, redes de esgotamento, energia elétrica, gás, telefone, entre outras, que viabilizam a mobilidade das pessoas, o abastecimento e a descarga, a dotação de combustíveis básicos, a condução das águas, a drenagem e a retirada dos despejos urbanos.

Sendo que, o sistema de infraestrutura urbana é composto de subsistemas, e cada um deles tem como objetivo final a prestação de um serviço, o que é fácil de perceber quando se nota que qualquer tipo de infraestrutura requer, em maior ou menor grau, algum tipo de operação e alguma relação com o usuário, o que caracteriza a prestação de um serviço. Por outro lado, ainda que o objetivo dos subsistemas de infraestrutura seja a prestação de serviços, sempre há a necessidade de investimentos em bens ou equipamentos, que podem ser edifícios, máquinas, redes de tubulações ou galerias, túneis, e vias de acesso, entre outros. (ZMITROWICZ; ANGELIS NETO, 1997)

De acordo com Montes e Reis (2008), os investimentos em infraestrutura são considerados fundamentais para o crescimento econômico, pois no momento que os gestores melhoram esta área, incentivam as empresas privadas a investir mais capital na região ou localidade. E assim, consequentemente, aumenta o nível de emprego e renda. Nessa mesma linha, Cruz, Teixeira e Braga (2010), expõe que, muitas vezes os gestores utilizam-se da infraestrutura para promoção do crescimento econômico, gerando assim, um efeito positivo para a cidade, melhorando o bem estar da população e atraindo novos investimentos privados, que junto trazem emprego e renda para a população.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Salto do Jacuí teve vários nomes até chegar neste que é atualmente. Nos primeiros documentos encontrados, datados de 1856, o local era chamado de “Rincão do Jacuí”, em 1886 “Rincão do Jacuí Grande”, no ano de 1892, já apareceu a denominação de “Pontão do Potreirinho”, que passará a ser simplesmente “Potreirinho”, para designar a parte que é hoje a sede do município. A partir da década de 1950, em função de uma queda d’água do rio Jacuí, passou a ser chamada de Salto Grande do Jacuí. Porém, quando o município foi criado passou a ter o nome atual (MONTAGNER, 2003).

Pode-se dizer que Salto do Jacuí é um município privilegiado, banhado pelo rio Jacuí, deve a ele seu nome e dele vem sua maior riqueza, as usinas hidrelétricas do Jacuí e do Passo Real. Por causa da construção dessas usinas é que o lugar deixou de ser habitado por esparsos moradores para se tornar uma cidade com potencial turístico (MONTAGNER, 2003).

Com isso, o município de Salto do Jacuí é considerada a capital da energia elétrica, pelo fato de haver muitas usinas hidrelétricas. Também é conhecida pelas pedras semipreciosas que são encontradas neste local, pois antigamente havia muitos locais onde os moradores faziam tuneis para retirar as pedras do solo.

Consta nos últimos dados do Censo Demográfico do IBGE em 2010, que a população total do município era de 11.880 habitantes, com área de 519,20 km² representando 0,1931% do Estado, 0,0921% da região. O Indice de Desenvolvimento Humano é de 0,749, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

Em relação à arrecadação, o município de Salto do Jacuí, em 2005, arrecadou um total de R$ 17.485.600,00, subindo gradativamente nos anos seguintes, chegando a R$ 24.401.871,00, no ano de 2011. (Prefeitura municipal, 2012). Pode-se dizer que, grande parte da arrecadação do município se deve pelo fato da haver as usinas hidrelétricas, pois estas geram muitos *royalties* para o município. Tem-se também, o comércio que gera emprego e renda e a agricultura que representa importante participação na região.

Quanto à infraestrutura, o município foi sendo construído aos poucos durante os anos, por este motivo não houve nenhum planejamento efetivo para sua construção. Sendo assim, não ocorreu um crescimento ordenado. Porém, é um município com os serviços básicos necessários para a população bem organizados. E tem muito a ganhar com o turismo, só é preciso traçar objetivos para aproveitar este potencial.

Hoje, se tem praticamente todas as ruas da cidade calçadas e muitas com asfalto, as melhorias vêm acontecendo gradativamente, mas são visíveis, entre elas mencionam-se novas creches, ginásios e escolas. Pois, a prefeitura em gestões anteriores, no inicio do município investiu boa parte da arrecadação na área de infraestrutura para proporcionar melhorias a

comunidade e sendo assim nasceu o município de Salto do Jacui. No entanto, a partir das gestões analisadas o investimento em infraestrutura, foi deixado um pouco de lado, por falta de recursos devido aos excessos de gastos com folha de pagamento do município.

4 METODOLOGIA

Esta seção tem por objetivo apresentar a metodologia do trabalho. Para Gil (1999) metodologia é a ciência que tem o objetivo de explicar a verdade dos fatos e a verificação da ocorrência dos acontecimentos.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico, por buscar junto aos *sites* oficiais dados sobre a arrecadação e as despesas do município de Salto do Jacuí, e também os valores orçados para serem gastos na área de infraestrutura do município e os valores que foram gastos realmente. E também, exploratório descritivo sendo realizada na prefeitura municipal de Salto do Jacuí.

Além disso, o trabalho pode ser caracterizado como um levantamento qualitativo. De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p. 23), “a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais”.

4.1 Procedimentos metodológicos

Para a pesquisa de campo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica na área de infraestrutura, nos documentos da prefeitura do município de Salto do Jacuí. Foram recolhidos os valores arrecadados no município em cada ano estudado, também os valores gastos na área de infraestrutura, conforme apresentado na Figura 1. E nos últimos anos, têm-se os valores que o município orçou para gastar na área de infraestrutura. Esses dados possibilitam examinar o destino dos recursos públicos em relação a área de infraestrutura e se os mesmos foram gastos como haviam sido orçados.

Tabela 1- Dados utilizados

Serie	Período	Unidade	Fonte	Periodicidade

Despesas	2005- 2012	R$ milhões	Prefeitura municipal	Anual
Arrecadação	2005- 2012	R$ milhões	Prefeitura municipal	Anual
Valor orçado infraestrutura	2005- 2012	R$ milhões	Prefeitura municipal	Anual
Valor gasto infraestrutura	2005- 2012	R$ milhões	Prefeitura municipal	Anual
Percentual	2005- 2012	R$ milhões	Prefeitura municipal	Anual

Fonte: Elaborada pela autora

Para o melhor entendimento dos dados coletados, os mesmos foram apresentados em tabelas com os resultados do trabalho e explicações sobre o assunto tratado. Pois é feita uma análise entre os valores que o município arrecadou e os valores gastos em infraestrutura. Para se chegar aos percentuais, utilizou-se o valor total gasto em infraestrutura em relação ao total da arrecadação total do município. Sabendo-se assim, qual o percentual da arrecadação total foi gasto na área de infraestrutura, possibilitando a comparação com o valor orçado pelo município.

Contudo, deve-se levar em consideração para a análise dos dados, o que consta na Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece os limites máximos de gastos com pessoal e, mínimos com saúde e educação em relação à receita corrente líquida para os entes federativos dos três níveis de governo e do Distrito Federal.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção discutem-se os resultados que o trabalho buscou ao longo do tempo descrever e exemplificar o montante de valore que o município de Salto do Jacuí, arrecadou e suas respectivas despesas para o exercício social do ano de 2005 a 2012.

Tabela 2 – Arrecadação e despesa do município de Salto do Jacuí entre 2005 e 2012

Ano	Arrecadação	Despesa	% despesa/arrecadação
2005	17.485.600	13.453.439	76,94%
2006	15.757.550	14.637.450	92,89%
2007	18.224.173	15.043.725	82,54%
2008	21.671.530	19.401.006	89,52%

2009	23.913.459	19.277.849	80,61%
2010	23.529.762	17.220.793	73,18%
2011	24.401.871	20.605.016	84,44%
2012	16.551.099	13.626.159	82,32%
			∑ 83%

Fonte: Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí. Elaborada pela autora.

Conforme se observa na Tabela 2, no o período analisado o município, em média, gastou em relação a sua arrecadação cerca de 83% da Receita corrente Liquida. Ao analisar a arrecadação, verifico-se que a receita corrente liquida cresceu no mesmo período de 2005 a 2011, em torno de 6,18% ao ano apesar de que a crescente da receita não ter acontecido em todos os anos analisados, no que pode citar a relação entre a ano de 2005 para 2006 em que a arrecadação do município diminuiu 9,88% de um ano para o outro, devido a estiagens acontecida no ano anterior conseqüentemente repercutiu na receita de ICMS para o município que possui boa parte de sua receita oriunda a atividade agrícola e da geração de energia.

Tabela 3 – Arrecadação X Gasto com Infraestrutura

Ano	Arrecadação	Valor orçado arrecada-ção	Valor orçado infraestrutura	Valor gasto infraestrutura	% valor orçado infraestrutura/ valor orçado arrecadação	% valor gasto infraestrutu ra/ valor arrecadação
2005	17.485.600	14.800.000	Não disponível	800.000	-	4,57%
2006	15.757.550	15.400.000	Não disponível	654.000	-	4,15%
2007	18.224.173	17.300.000	Não disponível	423.000	-	2,32%
2008	21.671.530	17.830.000	Não disponível	1.449.000	-	6,68%
2009	23.913.459	23.760.000	Não disponível	98.000		0,41%
2010	23.529.762	21.400.000	383.826	344.033	1,79%	1,46%
2011	24.401.871	26.500.000	1.421.445	786.155	5,36%	3,22%
2012	16.551.099	29.160.000	1.057.552	418.000	3,62%	2,52%

Fonte: Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí. Elaborada pela autora.

Observando a Tabela 3, verifica-se que o percentual gasto em infraestrutura apresentou declínio no período analisado, passando de 4,55% para 0,41%. Quando analisados os valores orçados, percebe-se que o percentual no ano de 2010 foi menor do que o ano de

2011. Acredita-se que, um dos motivos esteja ligado com a falta de empregos no município, que não conta com indústrias e fábricas, havendo apenas o comércio local a empresa da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) e a própria prefeitura para gerar empregos.

Tendo como base as Tabela 2 e 3, pode-se dizer que no ano de 2005 o município de Salto do Jacuí arrecadou uma equivalente a R$ 17.485.600,00, e teve uma despesa total de R$ 13.453.439,00, com gastos em infraestrutura na ordem de R$ 800.000,00. Sabendo-se que para este ano não houve acesso a informação de qual havia sido o valor orçado pelo município para o mesmo ano, em termos de infraestrutura. Porém, conforme BERLT (2010), neste ano a prefeitura teve gastos nos patamares exigidos por Lei de Responsabilidade Fiscal, com necessidades básicas como educação, saúde e folha de pagamento. A partir disso, pode-se aceitar que o percentual apresentado em infraestrutura correspondeu com os gastos orçados.

Para o ano de 2006, o município obteve uma receita de R$ 15.757.550,00 e despesas de R$ 14.637.450,00. Conforme consta na Tabela 3, os gastos com infraestrutura nesse mesmo ano foram de R$ 654.000,00, o que corresponde a 4,15% de todos os gastos do município. Levando em conta esse percentual e os valores apresentados em BERLT (2010), observa-se que neste ano o município ultrapassou os limites permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um percentual de 25% da receita deve ser gasto com Educação, 15% com saúde e no ate 54% com despesas de pessoal. O que pode indicar que os valores gastos em infraestrutura ficaram abaixo dos valores orçados.

Conforme Khair (2000), o ponto de partida da Lei de Responsabilidade Fiscal é o planejamento, e um dos aspectos fundamentais é o controle, a ser facilitado pela criação de novos relatórios de acompanhamento da gestão fiscal, que, além da obrigatoriedade de publicação, deverão estar disponibilizados em meios eletrônicos. Esta lei especifica quais os valores que os municípios podem gastar em termos de orçamento público, sendo a prioridade dos gastos com saúde, educação e folha de pagamento.

No ano de 2007, foi possível constatar que houve uma arrecadação de R$ 18.224.173,00 e uma despesa de R$ 15.043.725,00. Consta-se que, neste ano o município não ultrapassou os limites impostos pela Lei de Responsabilidade fiscal. Neste ano teve um percentual de 2,32% corresponde a gastos em infraestrutura em relação a arrecadação do município. Um dos fatores que podem ser levados em consideração segundo dados do TCE (Tribunal de Contas do Estado) é de que o município de Salto do Jacuí possui um elevado índice de gastos folha de pagamento, saúde e educação onde o mesmo necessita cumprir os percentuais mínimos exigidos pela lei de responsabilidade fiscal que estabelece que o

município aplique 15% em saúde e 25% em educação, comprometendo assim 40% do total da arrecadação do município de Salto do Jacuí.

Segundo dados de BERLT (2010), os gastos com folha de pagamento em 2005 chegou a 50,58% da receita, em 2006 foi de 67,39%, 2007 foi de 54,55%, em 2008 foi de 64,92% da receita corrente do município. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, os percentuais máximos para gasto com folha de pagamento é de 54% no entanto, o município ultrapassou o limite, sendo este um dos motivos que não foram aplicados recursos em infraestrutura.

Este seria um dos fatores que levou o município ao decorrer do período em analise a diminuir os gastos com infraestrutura, pois o gestor municipal apenas possuía recursos em caixa para pagamento dos funcionários e conseqüentemente, para o cumprimento dos percentuais mínimos exigidos pela lei de responsabilidade fiscal.

No ano de 2008, o município obteve arrecadação de R$ 21.671.530,00 e uma contrapartida equivalente a R$19.401.006,00 em gastos. Na área de infraestrutura foi aplicado cerca de R$1.449.000, o que corresponde a 6,68% da arrecadação total, percentual superior ao ano anterior. Conforme BERLT (2010), nesse ano o município extrapolou os limites em gasto com saúde, educação e folha de pagamento neste ano o município de Salto do Jacui gastou com folha de pagamento o equivalente a 64,92% da receita e com saúde 21,02% e na educação 24,88%, totalizando um gasto de 117,50% ficando assim com um orçamento deficitário para o ano seguindo ou o município buscou algum tipo de divida através de empréstimos em órgãos públicos.

Para o ano de 2009, foi arrecadado R$ 23.760.000,00 e gasto R$19.277.849,00. Na área de infraestrutura, o valor gasto correspondeu a apenas 0,41% da arrecadação total do município no exercício social. Nota-se que, este foi o menor percentual durante todo o período do estudo. Pode ser levado em consideração o fato de ser o início da nova administração, pois no ano de 2008, ocorreu a eleição municipal e no ano de 2009 um novo gestor entregou para governar o município de Salto do Jacuí, onde o mesmo neste ano buscou organizar o Poder Executivo Municipal elaborando o seu plano de governo e os projetos para os anos seguintes. No entanto, não obteve o valor orçado para infraestrutura para esse, o que possibilitaria um comparativo, bem como explicar a referida redução.

No ano de 2010, a prefeitura teve como valor orçado para arrecadação R$ 21.400.000, valor que foi efetivamente arrecadado; por outro lado, gastou R$ 17.220.000,00, sendo que para a área de infraestrutura havia sido orçado o valor de R$ 383.826,00. Porém, gastou-se somente R$ 344.033,00, com isso percebe-se que 1,46% do total de arrecadação do município foi gasto na área de infraestrutura. E que o percentual dos valores orçados para arrecadação

em relação aos que realmente foram arrecadados foi de 1,79%. Segundo o gestor Municipal de Salto do Jacuí, um dos fatos que levou ao pouco investimento em infraestrutura seria a queda na arrecadação do município que no ano de 2009 para 2010 teve uma leve queda de 1.60%, percentual este que conseqüentemente seria aplicado em infraestrutara no município sendo assim chegaria a um percentual de aproximadamente 3,39% da arrecadação do município.

Para o ano de 2011, o município havia orçado uma arrecadação de R$ 26.500.000,00, arrecadou cerca de R$ 24.401.871,00. Por outro lado, teve despesas de R$ 20.605.016,00. Para a área de infraestrutura haviam sido orçados R$ 1.421.445,68 e foram efetivamente investidos apenas R$ 786.155,00, correspondendo somente a 55% do valor estimado para investimentos. Quando se analisa em termos de arrecadação, podemos dizer que o município estaria orçamento valores muito acima do arrecadado, sendo assim não podendo investir os devidos valores orçados para o exercício oriundo.

No ano de 2012, até o mês de setembro o município arrecadou R$ 16.551.099,00, ao passo que teve despesas de R$ 13.626.159,00. Em infraestrutura, gasto previsto para o ano todo é de R$1.057.552,13, ao passo que até o momento foi realmente gasto R$ 418.000,00, correspondendo a 2,52% dos valores arrecadados, novamente abaixo do valor orçado, correspondente a 3,62%. Cabe ressaltar que os gastos considerados são em relação às obras realizadas pelo município ou apenas reformas feitas em obras já terminadas.

Pode-se perceber que ao analisar o trabalho, que ao longo dos anos pesquisados a arrecadação do município aumentou gradativamente, e que seus gastos também aumentaram. Que os percentuais na área de infraestrutura variaram no decorrer do período. Verificou-se também que na maioria dos anos a prefeitura conseguiu arrecadar um valor maior do que havia orçado, já em relação a área de infraestrutura, não foi gasto os valores orçados. Porém, isso se deve pelo fato de maioria das vezes o município gastar nas áreas básicas valores acima dos permitidos não sobrando para a área de infraestrutura o total que havia sido orçado.

Através do trabalho tem-se o entendimento dos valores arrecadados no município, os valores gastos e os valores gastos na área de infraestrutura, a qual foi o foco da pesquisa. Analisando os percentuais que haviam sido gastos em infraestrutura em relação à arrecadação do município no período do estudo.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como finalidade fazer uma análise sobre o investimento na área de infraestrutura para o município de Salto do Jacuí no período entre 2005 e 2012. Para isso, tratou sobre administração pública, entre administração indireta e direta, também sobre orçamento público e infraestrutura municipal.

Para a realização da pesquisa apresentaram-se os objetivos de expor os valores arrecadados do município e os gastos na área de infraestrutura, e verificar os percentuais da receita corrente no período gasto em infraestrutura. Foram analisados os valores gastos em infraestrutura em relação aos valores arrecadados pelo município em cada ano. Foi possível, também, avaliar o investimento da administração pública municipal em relação, a área de infraestrutura do município. Percebeu-se que o município investe em media 3,5% do total da sua receita corrente liquida na área, e o restante da receita foi destinado para atender as necessidades básicas da sociedade, gasto com saúde e educação.

Pode-se perceber que o município tem uma arrecadação que vem crescendo gradativamente em relação aos anos pesquisados. Em contrapartida os gastos também vêm aumentando consecutivamente na mesma proporção do período analisado.

O foco da pesquisa foi analisar os valores e os percentuais gastos na área de infraestrutura no município no período do estudo. Notou-se que, os valores destinados a esta área variaram em percentuais de 4,55% a 0,41%, da arrecadação total do município. A oscilação destes percentuais se deu devido ao fato do município de Salto do Jacui, ter gasto boa parte da sua arrecadação com folha de pagamento, onde em praticamente todos os períodos administrativos analisado o município teve o limite permitido por lei ultrapassado com despesas de pessoal.

Em relação os valores orçados pela Prefeitura Municipal de Salto do Jacui, a pesquisa pode analisar apenas os anos de 2010, 2011 e 2012, pelo fato de não haver estas informações disponíveis nos órgãos competentes da prefeitura. Pode-se verificar nestes anos em que haviam os valores orçados, que os gestores municipais aplicaram em media 61,60% do total do valor orçado para a infraestrutura do município.

Para a realização deste trabalho houve algumas limitações pelo fato de na maior parte os dados serem encontrados na própria prefeitura. E ter falta de acesso aos dados utilizados na pesquisa. Pois haveria muitas questões para futuros trabalhos como de analisar o porque de haver tantas diferenças nos percentuais encontrados de um ano para outro, em alguns casos.

A partir dos dados analisados fica como sugestões para futuros gestores municipais de Salto do Jacuí reduzirem os gastos com folha de pagamento que é o maior consumidor da

receita corrente liquidam, como conseqüência desta redução o município terá mais recursos para investimento na área de infraestrura e assim ocorreria melhorias para a sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERLT, Cristiano. **Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão de 2000 à 2004 e 2005 à 2008 no município de Salto do Jacuí**. Cruz Alta: Unicruz, 2010

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**: uma abordagem contingencial. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1994

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito tributário**. São Paulo: saraiva, 2003.

CRUZ, Aline; TEIXEIRA, Erli; BRAGA, Marcelo. **O efeito dos gastos públicos em infraestrutura e em capital humano no crescimento econômico e na redução da pobreza no Brasil.** Anpec , Salvador 2010 Disponivel em : <http:www. anpec. org. br/ encontro2007/ artigos/ > Acessado em: 15/out/2012

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2008.

DUCHATEAU, Philippe V., AGUIRRE, Basilia. Estruturas políticas como determinantes dos gastos federais. Anpec, 2007 Recife Disponível em <http:www. anpec. org. br/ encontro2007/ artigos/A07A031.pdf>. Acesso em: (14/ ago./2012)

FARAH, Marta Ferreira S. **Administração pública e políticas públicas**. Rio de Janeiro: RAP, 2011

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: Guia de orientação para as prefeituras. Brasilia: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000.

LEITE, José D. Vitorino. **Temas de Direito Público**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo.** 4 ed. Niterói: Impetus, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso A. Bandeira. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2002.

MONTAGNER, Clara Luísa. **Salto do Jacuí**: De Potreirinho a capital da energia elétrica. Tapera: Gesp, 2003

MONTES, Gabriel C.; REIS, Artur F. **Investimento público em infra-estrutura e privatizações**. Anpec, Salvador, 2008 Disponivel em: http: www. anpec. org. br/ encontro2011/ artigos/> Acessado em 20/Nov/2012

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Z. Farias; ROSA Maria Berenice. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2002.

PRAHALAD, C. K. **O futuro da competição**: como desenvolver diferenciais inovadores em parceria com os clientes. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ, Rio Grande do Sul, Brasil.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Dicionário prático da língua portuguesa**. São Paulo: difusão cultural do livro, 1998.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública:** um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2008.

ZMITROWICZ, Witold; ANGELIS NETO,Generoso De. **Infra estrutura urbana.** São Paulo: EPUSP, 1997.